

AVALIAÇÃO INSTITUCIONAL DA UNIVERSIDADE DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO

Narcisa M. G. Dos Santos Marcia Tabora Corrêa Oliveira Bertha B. R. do Valle Alex A. P. Nogueira Maria Cristina D. Gutierrez Ana Maria Delduque V. Machado Lazaro Santos Lorrene A. G. Nogueira

Universidade Estadual do Rio de Janeiro - UERJ

Resumo

O artigo relata a experiência da Universidade do Estado do Rio de Janeiro (UERJ) que tem investido na intensificação de uma cultura de avaliação institucional. A partir da atuação da Comissão Própria de Avaliação (CPA/UERJ), criada em 2004 pela Reitoria e composta de professores, alunos representando os Centros Setoriais e de técnico-administrativos, vem se consolidando um processo coletivo de avaliação constante do papel institucional da UERJ, tanto no campo do ensino, pesquisa e extensão, como no desenvolvimento das relações junto à sociedade civil organizada e aos movimentos sociais e comunitários. No texto, fazemos algumas considerações sobre aspectos históricos e pedagógicos desta temática, relatamos o desenvolvimento de nosso trabalho a partir da instituição do Sistema Nacional de Avaliação do Ensino Superior (SINAES) as aplicações de Tecnologia de Informação (TI) e alguns dos resultados que já podemos sentir em nosso cotidiano. A importância do emprego de soluções informatizadas em ambiente *web* é descrita, detalhando os diversos meios empregados para viabilizar o desenvolvimento da Auto-Avaliação em curto espaço de tempo e com escassos recursos humanos e financeiros.

Palavras-chave: Tecnologia da Informação, Avaliação Institucional, CPA/UERJ.

AVALIAÇÃO INSTITUCIONAL DA UNIVERSIDADE DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO

Introdução

A Universidade do Estado do Rio de Janeiro tem investido na intensificação de uma cultura de avaliação, que vem se consolidando a partir da atuação da Comissão Própria de Avaliação (CPA/UERJ). Desde 2004, temos atuado junto a professores, alunos e funcionários para uma avaliação constante do nosso papel social e institucional, tanto no campo do ensino, pesquisa e extensão, como no desenvolvimento das relações junto à sociedade civil organizada e aos movimentos sociais e comunitários.

Neste artigo, fazemos algumas considerações sobre aspectos históricos e pedagógicos desta temática, relatamos o desenvolvimento de nosso trabalho a partir da instituição do Sistema Nacional de Avaliação do Ensino Superior (SINAES) as aplicações de Tecnologia de Informação (TI) e alguns dos resultados que já podemos sentir em nosso cotidiano.

Considerações iniciais

Avaliar tem o sentido de dar ou de determinar o valor. Em sentido mais subjetivo, significa apreciar ou estimar o merecimento de alguém ou de alguma coisa. Pode ser entendido como verificar, comparar, analisar, julgar.

Historicamente, a avaliação em educação tem tido diferentes enfoques. A avaliação da aprendizagem do aluno é a discussão mais antiga e a mais enfocada pelos pesquisadores deste tema. No Brasil, lembramo-nos de que os questionamentos sobre como os professores de classes de ensino básico, avaliavam os alunos remonta ao início da década de 70, logo após a Lei

5.692/71. A avaliação do rendimento escolar era tema de cursos, seminários e publicações do Ministério da Educação (PAIXÃO, 1973). A avaliação como processo e suas diferentes funções eram debatidas em todas as escolas brasileiras nas reuniões pedagógicas.

Em um segundo momento, o foco da avaliação recaiu sobre o currículo, mais ou menos no final da década de 70 e nos anos 80. Até este momento predominava a avaliação quantitativa, embora a introdução de “conceitos”, em substituição às “notas” já estivesse em vigor oficialmente desde 1973, através do Parecer 1350 do Conselho de Educação. Os professores, porém, sem uma orientação clara do papel da avaliação, transformavam os conceitos em notas. A avaliação qualitativa só vai começar a ser discutida academicamente, em 1978 (SAUL, 1995).

As discussões sobre o caráter quantitativo ou qualitativo da avaliação escolar persistem até hoje, mesmo com as determinações da Lei Darcy Ribeiro, pois muitos professores não estão esclarecidos em relação às políticas governamentais relativas à repetência, à avaliação contínua do aluno, à auto-avaliação de seu próprio trabalho.

Em relação à avaliação institucional, as discussões são mais recentes e surgem quando se inicia a preocupação com a melhoria do trabalho desenvolvido nas universidades e nas escolas, com a democratização do cotidiano escolar. Gadotti (2000) afirma que hoje, a avaliação institucional:

Não mais é vista apenas como um aparelho de controle burocrático e centralizador, em conflito com a autonomia. Ela está sendo institucionalizada como um processo necessário da administração do ensino, como condição para a melhoria do ensino e da pesquisa e como exigência da democratização (p.195).

A avaliação institucional tem um papel extremamente importante na melhoria da qualidade dos serviços prestados pela instituição e das relações sociais, humanas e interpessoais, além de contribuir para o aperfeiçoamento continuado de seus integrantes (GADOTTI, 2000).

Como é uma ação político-pedagógica, tem como pressupostos a autenticidade, o compromisso e o equilíbrio entre ação e reflexão.

Em relação ao Ensino Superior, a avaliação já era adotada pela Capes (Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior), órgão do Ministério da Educação, que já avaliava os cursos de Mestrado e Doutorado, desde o final dos anos 70. A própria Capes realizou, de 1983 a 1986, o Programa de Avaliação da Reforma Universitária e o Conselho de Reitores das Universidades Brasileiras (CRUB), em julho de 1986, definiu a avaliação de desempenho como um compromisso social das universidades. Dessa política, voltada para a pós-graduação, surgiram linhas de ação amplas, que apontam para a realização das atividades de avaliação em si, para a criação de bases de dados, para o estímulo ao desenvolvimento de metodologias de avaliação e para a democratização do acesso às informações obtidas. Em 1993, discutia-se o Programa de Avaliação Institucional das Universidades Brasileiras (PAIUB). Depois, em 1995, foi criado o Exame Nacional de Cursos (“provão”). Atualmente, temos o Sistema Nacional de Avaliação do Ensino Superior (SINAES), criado pela Lei nº 10.861, de 14 de abril de 2004, composto de três momentos, dos quais o Exame Nacional de Desempenho dos Estudantes (ENADE) é a etapa mais visível, pois avalia o desempenho acadêmico dos estudantes de cada curso de graduação a cada três anos. As outras etapas são a auto-avaliação institucional, já realizada pelas universidades e a avaliação externa, que deverá estar ocorrendo durante o ano de 2007.

A participação da UERJ no SINAES

A Auto-Avaliação Institucional na UERJ, no âmbito do SINAES, foi instalada em 21 de outubro de 2004, pelo Magnífico Reitor Nival Nunes de Almeida que destacou a importância do desenvolvimento deste trabalho para a Universidade, cabendo verificar as condições de ensino como um todo, juntamente com os docentes, funcionários técnico-administrativos, discentes e a comunidade.

Para a condução do processo avaliativo, a Comissão Própria de Avaliação da Universidade do Estado do Rio de Janeiro (CPA/UERJ) foi estabelecida na estrutura do Núcleo de Informação e Estudos de Conjuntura (NIESC-VR), pela afinidade com o trabalho desenvolvido neste órgão. A representatividade de cada segmento na CPA/UERJ procurou contemplar

integrantes envolvidos nas áreas de administração, ensino, pesquisa e extensão desta instituição de ensino superior, considerando as experiências anteriores em processos de avaliação e seu engajamento nas questões universitárias. Dessa forma, a CPA foi constituída por 12 (doze) titulares e 12 (doze) suplentes, representantes dos segmentos da comunidade acadêmica: docentes, discentes, servidores técnico-administrativos e comunidade externa que, reunidos em plenário, coordenam e acompanham o processo de Auto-Avaliação Institucional desta Universidade.

Diversas foram as fontes de consulta, mas, sem dúvida, legados de experiências internas e externas à Instituição constituíram matéria prima para a reflexão dos responsáveis pelo projeto de auto-avaliação da UERJ.

A partir do legado deixado pelas avaliações institucionais anteriores (internas e externas) e das reflexões elaboradas e tendo em vista que a avaliação pode ser fonte geradora de prioridades que, por sua vez, informam decisões políticas da Instituição, admitimos que os princípios que a regem devem se fundamentar na liberdade, na participação e na democracia.

A referência de qualidade que a CPA adota, encontra-se na auto-reflexão da instituição, compreendida como o conjunto de atores que a realiza no cotidiano enquanto instituição incumbida da formação de pessoas, de suas normas e de suas estruturas organizativas acerca dos objetivos institucionais. Esses objetivos devem constituir idéias, forças geradoras de ações concretas, tendo em vista o trabalho com o conhecimento, no sentido de permitir o cumprimento adequado de seu papel social na promoção do saber e da cultura, considerada a responsabilidade política das instituições educacionais. Assim, a avaliação deve articular os desafios contemporâneos apresentados à ciência, tanto no campo do conhecimento propriamente dito, quanto no da ética.

Buscamos desenvolver uma metodologia de avaliação que torna a participação como aspecto central, numa tentativa de estabelecer, ao mesmo tempo, procedimentos de mensuração de aspectos considerados relevantes do trabalho e procedimentos de auto-reflexão dos agentes em torno dessa atividade. Essa confluência de procedimentos deve-se ao fato de que a CPA tenciona provocar nos atores que fazem da UERJ uma instituição educativa, um processo de auto-reflexão sobre a maneira como a Universidade pensa em

si mesma, com enfoque moderno empregando com intensidade recursos computacionais.

O modelo de Auto-Avaliação Institucional adotado pela UERJ considera fundamental o paradigma da avaliação democrática que enfatiza a relevância da informação e da utilidade dos resultados gerados para os sujeitos efetivamente interessados nos programas avaliados, os quais serão por ela afetados.

Para garantir a relevância das informações nesse enfoque, demos poder aos diferentes grupos participantes para decidir as informações coletadas. Sendo assim, o desenvolvimento da Auto-Avaliação na UERJ nas diferentes unidades acadêmicas foi conduzido, de forma descentralizada, pelas respectivas Subcomissões de Avaliação, criadas conforme características das unidades.

Em consonância com o SINAES, a Auto-Avaliação Institucional na UERJ se orienta pelos princípios de globalidade, continuidade, integração e não premiação ou punição além dos citados anteriormente.

O desenvolvimento da Auto-Avaliação compreendeu diversas ações distribuídas em quatro etapas: preparação, desenvolvimento, consolidação e replanejamento, conforme cronograma de trabalho da CPA descrito em seguida.

Fases da auto-avaliação

A primeira fase da Auto-Avaliação Institucional foi a Preparação. Nessa etapa, além da própria constituição da CPA, houve a elaboração do Pré-Projeto de Auto-Avaliação Institucional com base nas Diretrizes para a Avaliação das Instituições de Educação Superior, expedidas pelo MEC, apontando tanto a base teórica quanto a metodológica, para posterior discussão com a comunidade interna da Instituição. A fim de descentralizar o processo avaliativo, foram constituídas quatro Subcomissões, presididas pelo membro docente da CPA do respectivo Centro Setorial. Para fomentar o trabalho das Subcomissões dos Centros Setoriais, foram criadas vinte e nove Subcomissões nas diferentes Unidades Acadêmicas, de acordo com os critérios definidos por cada uma das unidades. Assim, além de descentralizar o processo avaliativo,

buscaram-se respeitar as peculiaridades dos grupos envolvidos, envolvendo cerca de 300 participantes.

Para estabelecer mecanismos de coleta das colaborações, disseminação da legislação pertinente, orientações e captação de dados para a avaliação nos segmentos docente, discente e técnico-administrativo, o processo foi informatizado via Internet.

A CPA elaborou a base dos dois instrumentos (formulário *online* para levantamento de dados e a Matriz de Informações), utilizados no processo avaliativo para apresentação e análise da comunidade acadêmica.

A primeira atividade programada foi o 1º Seminário da Comissão Própria de Avaliação da CPA/UERJ, desenvolvido em dois dias para sensibilização de toda a comunidade universitária.

Foi criado um sítio da CPA, com *link* no portal UERJ na Internet, www.cpa.uerj.br, que objetivou manter a comunidade constantemente informada sobre todo o processo avaliativo, facilitando a participação de todos de forma uniforme, disponibilizando os materiais produzidos nos eventos (internos e externos), bem como os formulários para coleta de dados, e permitindo um canal de comunicação direto pelo endereço eletrônico da Comissão.

A última etapa da fase de preparação foi a elaboração do Projeto de Auto-Avaliação Institucional encaminhado ao MEC no prazo estabelecido.

A segunda fase - Desenvolvimento - teve como marco inicial a consulta pública aos instrumentos de levantamento de dados. Os formulários ficaram disponíveis no sítio da CPA para consulta pública pela comunidade acadêmica e encaminhamento de sugestões para aprimoramento do instrumento. Posteriormente, foram desenvolvidos os formulários eletrônicos para preenchimento *online*, empregando-se os recursos de Tecnologia de Informação, acelerando o preenchimento e a tabulação dos dados levantados. As bases de dados desenvolvidas em Mysol receberam as respostas dos segmentos docente, discente e técnico-administrativo. Os dados da Matriz de Informações foram coletados pelas vinte e nove Subcomissões das Unidades Acadêmicas.

Na terceira fase - Consolidação - houve o processamento dos dados levantados e a categorização das informações dos questionários pela CPA. A

consolidação das contribuições das Unidades Acadêmicas e órgãos da Administração Central foi realizada pelos membros da CPA e Subcomissões, nos quatro Centros Setoriais.

A seguir, foi redigido, coletivamente, em uma aplicação baseada na *web*, o relatório da Auto-Avaliação que permitiu a colaboração *on-line* na tarefa de redação/edição de texto. A aplicação foi desenvolvida em PHP (uma linguagem para construção dinâmica de páginas) e em MySQL (um poderoso banco de dados), ambos “open-source” (softwares de código aberto). Foram feitas duas versões da aplicação: uma portátil, instalada em *laptop*, utilizada durante as reuniões da Comissão e apresentações externas; e uma versão instalada em servidor na Internet que permitia acesso remoto. Ambas as versões rodavam em servidores *web* Apache, também “open-source”. Foi criado controle de acesso com validação de usuários através de senha e os usuários possuíam diferentes áreas e níveis de atuação, com base em sua identificação. Havia também rotinas de segurança, *back-up* e sincronismo de dados, entre as versões. Após o envio do Relatório Final, para disseminação dos resultados, foi realizado o 2º Seminário Interno e encontros por Centro Setorial. O Relatório, disponível na íntegra no sítio da CPA, garante a transparência que preceitua a legislação do SINAES.

Após a visita da equipe de avaliadores indicada pelo MEC para a Avaliação Externa, terá início a última fase - Replanejamento - com a realização da meta-avaliação para reflexão sobre todo o percurso avaliativo do SINAES com a comunidade institucional.

Instrumentos utilizados

1 – Formulários Eletrônicos

Além dos documentos habitualmente, produzidos (censo, dados do vestibular etc) e dos instrumentos desenvolvidos pelas Subcomissões, foram utilizados, como instrumentos para coleta geral de dados da Instituição, questionários *online*, compostos por questões fechadas e abertas, aplicados com adesão voluntária dos discentes, dos docentes, dos coordenadores de curso, dos servidores técnico-administrativos e dos dirigentes de Unidades

Acadêmicas e Administrativas. Os questionários foram desenvolvidos em blocos de questões, nas quais foram abordados temas comuns e específicos do segmento pesquisado. No instrumento, foram contemplados os diferentes aspectos das atividades acadêmicas na Universidade, como: caracterização do perfil dos sujeitos que compõem a comunidade acadêmica, qualidade das atividades de ensino, pesquisa e extensão, condições de trabalho disponíveis para docentes e técnico-administrativos, grau de satisfação com os serviços disponíveis no "campus", acompanhamento de egressos dos cursos de graduação, dentre outros.

As respostas dos questionários, *online*, dos três segmentos da UERJ permitiram realizar o estudo "Análise da pesquisa de opinião de docentes, discentes e técnico-administrativos da UERJ".

As questões foram divididas nos seguintes blocos: informações gerais, plano pedagógico, atividades de pesquisa, atividades de extensão, biblioteca e condições administrativas e de infra-estrutura.

Dentre as questões levantadas no Plano Pedagógico, podemos destacar a avaliação sobre interdisciplinaridade nas práticas pedagógicas, articulação entre graduação, extensão, pós-graduação e pesquisa e reflexão quanto à atividade dos professores e objetivos da Unidade.

2 - Matriz de Informações

De acordo com o documento Diretrizes para Avaliação das Instituições de Educação Superior a avaliação deveria ser realizada com base em dez dimensões que englobam diversos aspectos do funcionamento das IES:

- 1 - A missão e o plano de desenvolvimento institucional;
- 2 - A política para o ensino, a pesquisa, a pós-graduação, a extensão;
- 3 - A responsabilidade social da instituição;
- 4 - A comunicação com a sociedade;
- 5 - As políticas de pessoal, as carreiras do corpo docente e do corpo técnico-administrativo;
- 6 - Organização e gestão da instituição;
- 7 - Infra-estrutura física;
- 8 - Planejamento e avaliação;

9 - Políticas de atendimento aos estudantes;

10 - Sustentabilidade financeira.

A partir das dimensões foi desenvolvida a “Matriz de Informações”, a qual objetivava orientar a coleta e organização dos dados pelas Subcomissões das Unidades Acadêmicas e o próprio processo reflexivo, na medida em que previa a identificação de potencialidades e fragilidades. Cada Subcomissão, de acordo com suas peculiaridades, adotou uma metodologia própria de trabalho para levantamento e preenchimento dos dados da matriz.

A consolidação dos relatórios foi realizada pelo representante da CPA de cada um dos quatro Centro Setoriais que compõem a estrutura acadêmica da Universidade, também utilizando a Matriz de Informações em uma versão *online*.

Como estratégia para elaboração do Relatório Final, todas as informações lançadas em cada uma das dez dimensões foram discutidas exaustivamente pelos membros da CPA, em sucessivas reuniões. Foi utilizada uma ferramenta de escrita colaborativa *online*, com projeção instantânea em tela, otimizando tempo e recursos materiais, o que agilizou o trabalho de forma considerável, possibilitando a entrega do Relatório Final dentro do prazo estipulado pela CONAES.

Cabe ressaltar o porte de nossa Instituição: são 29 Unidades Acadêmicas, instaladas em cinco cidades (Rio de Janeiro, Duque de Caxias, Resende, Nova Friburgo e São Gonçalo), oferecendo 31 cursos de graduação, 38 cursos de Mestrado Acadêmico, 2 Mestrados Profissionalizantes, 23 cursos de Doutorado, 80 de Especialização *lato sensu*, fora os diversos cursos de extensão dos diferentes Núcleos e as atividades do Hospital Universitário Pedro Ernesto, que prestam serviços à sociedade. No Campus da Ilha Grande, no município de Angra dos Reis, são desenvolvidas pesquisas pelo Centro de Estudos Ambientais e Desenvolvimento Sustentável (CEADS). O Ensino Fundamental e o Ensino Médio são oferecidos desde 1957, pelo Instituto de Aplicação Fernando Rodrigues da Silveira (CAp-UERJ), que, este ano, está completando 50 anos de atuação, não só no ensino básico, como também na formação de professores, em parceria com as unidades que oferecem cursos de licenciatura.

A população da comunidade uerjiana é constituída de 2.219 docentes, 4.141 técnico-administrativos e 23.549 alunos. Com esta dimensão o trabalho não poderia, por questões relativas ao custo de sua realização e ao prazo limitado, prescindir de apoio computacional e do emprego de recursos de Tecnologia de Informação.

Conclusões

Como dissemos no início deste trabalho, a avaliação emancipatória é caracterizada por um processo de análise e crítica da realidade, conduzindo ao equilíbrio entre ação e reflexão. Como se trata de uma ação político-pedagógica, com decisões democráticas, onde todos os envolvidos têm voz, o conhecimento crítico da qualidade dos serviços prestados pela instituição permite o seu aperfeiçoamento e a sua transformação. O processo desenvolvido durante as diferentes etapas da auto-avaliação da UERJ permitiu que a compreensão da realidade institucional nos desse os rumos para maiores possibilidades de crescimento e de atendimento às demandas sociais.

O trabalho foi importante para aproximar professores e alunos, especialmente dos diferentes Centros Setoriais, onde a articulação entre os docentes ainda está aquém do ideal. Pudemos constatar que há articulação entre graduação, extensão e pós-graduação e entre pós-graduação e pesquisa, principalmente entre estes dois últimos campos de atuação.

Outro dado relevante comprovado foi a alta qualificação do corpo docente e o elevado nível dos servidores técnico-administrativos que ingressaram por concurso público. Foi pontuada, porém, a necessidade de desenvolvimento de atividades que visem à formação continuada de docentes e de técnicos administrativos.

Algumas opiniões dos diferentes segmentos foram convergentes, principalmente quanto à importância de criação, em março de 2007, de uma comissão permanente de avaliação, constituída pelos diferentes segmentos universitários, o que nos leva à expectativa de maior participação da comunidade acadêmica em novas experiências e à consolidação de uma cultura avaliativa.

As Unidades Acadêmicas tiveram oportunidade de refletir sobre suas potencialidades, fragilidades e as necessidades de planejamento e de auto-conhecimento de suas experiências. Houve ênfase na importância do planejamento para a resolução de problemas comuns às Unidades, principalmente as do mesmo Centro Setorial e da avaliação pela comunidade universitária das instalações físicas e dos órgãos administrativos e dirigentes.

O relacionamento entre os membros da CPA conduziu não só a um maior conhecimento do próprio Centro, como também dos demais Centros. Para isso concorreu também a disseminação das informações de todas as Unidades no site da CPA.

A utilização das ferramentas da Tecnologia de Informação e comunicação em muito auxiliaram o trabalho da CPA. O questionário *online*, o site disseminando as informações, as bases de dados desenvolvidas em Mysol, onde os dados puderam ser inseridos à distância pelos membros das Subcomissões, distribuídos em prédios distintos e situados nos diversos *Campi*, localizados em seis municípios distantes entre si por mais de 50k, foram instrumentos eletrônicos que facilitaram todo o processo de avaliação. A redação colaborativa do Relatório também foi possibilitada e agilizada pela utilização dessas inovações tecnológicas.

Como fatores decorrentes de toda a experiência que os membros da CPA/UERJ vivenciaram já se pode registrar o desenvolvimento de estudos sobre a própria instituição, tais como o censo de alunos de graduação, os estudos sobre egressos, a análise do custo-aluno, as pesquisas sobre o desempenho dos alunos que ingressaram no regime de cotas, entre outros. Todo esse trabalho conduzirá ao desenvolvimento acadêmico de docentes, discentes e de servidores técnico-administrativos para nortear o futuro da Universidade e termos sempre planos de desenvolvimento institucional bem articulados com a realidade social a que atendemos.

Referências bibliográficas

GADOTTI, Moacir (org.). *Perspectivas atuais da educação*. Porto Alegre: ARTMED, 2000.

PAIXÃO, Sérvula de Souza. *Avaliação do rendimento escolar*. Brasília, MEC / INEP / CBPE, 1973.

SAUL, Ana Maria . *Avaliação emancipatória, desafio à teoria e à prática de avaliação na reformulação de currículo*. 3ª ed. São Paulo, Cortez Editora, 1995.